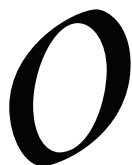


Fernanda Corrêa  
Giacomini  
Rui Humberto Costa  
de Fernandes Póvoas



*S EDIFÍCIOS ANTIGOS DE  
ARQUITETURA CORRENTE EM  
CENTROS HISTÓRICOS NO  
CONTEXTO DO PATRIMÔNIO  
CULTURAL: ESPECIFICIDADES e  
CONDICIONANTES PARA  
PROJETOS DE INTERVENÇÃO  
ARQUITETÔNICA*

174

pós-

**RESUMO**

Os antigos edifícios habitacionais de “arquitetura corrente” são reconhecidos como patrimônio cultural, mas não são obras de arte nem monumentos ou apenas cenário urbano. Possuem características próprias que restringem sua valorização e condicionam as ações de intervenção. Procura-se, aqui, caracterizar esse tipo de edifício, argumentando pela necessidade de considerar suas especificidades no contexto da reabilitação, inclusive nas diretrizes que orientam sua salvaguarda.

**PALAVRAS-CHAVE**

Arquitetura corrente, patrimônio, intervenção, centro histórico, projeto, salvaguarda.

LOS EDIFICIOS ANTIGUOS DE  
ARQUITECTURA CORRIENTE EN  
CENTROS HISTÓRICOS EN EL  
CONTEXTO DEL PATRIMONIO  
CULTURAL: ESPECIFICIDADES Y  
CONDICIONANTES PARA PROYECTOS DE  
INTERVENCIÓN ARQUITECTÓNICA

## RESUMEN

Los antiguos edificios residenciales con una “arquitectura corriente” se reconocen como patrimonio cultural, pero ellos no son obras de arte, ni monumentos, y tampoco son solo entorno urbano. Tienen características propias que limitan su valoración y condicionan las acciones de intervención. Lo que se busca, aquí, es caracterizar ese tipo de edificio, con el argumento de la necesidad de considerar sus especificidades en el contexto de la rehabilitación, incluso en las directrices para su protección.

## PALABRAS CLAVE

Arquitectura corriente, patrimonio, intervención, centro histórico, proyecto, protección.

OLD BUILDINGS WITH CURRENT  
ARCHITECTURE IN HISTORIC CENTERS  
WITHIN THE CONTEXT OF CULTURAL  
HERITAGE: SPECIFICITIES AND  
CONDITIONERS FOR ARCHITECTURAL  
INTERVENTION PROJECTS

**ABSTRACT**

The old residential buildings with “current architecture” are recognized as cultural heritage, but they are not a work of art, nor monuments, nor even an urban setting. They have characteristics that restrict their appreciation and influence the actions of intervention. This article characterizes this type of building, arguing for the need to consider their specificities in context of rehabilitation, including the guidelines to their protection.

**KEY WORDS**

Current architecture, heritage, intervention, historic center, project.

## INTRODUÇÃO

Todas as cidades são materialmente compostas por diversos extratos de tempo, expressos em seus edifícios e espaços públicos. Ambos passaram por contínuas substituições e remodelações, em um processo lento, cíclico e acumulativo, e chegaram até a atualidade para, com as construções contemporâneas, viabilizarem a vivência urbana. Hoje, impõe-se avaliar a representatividade de cada um desses edifícios e de seu conjunto, de modo a propor os meios mais adequados para sua manutenção e continuidade enquanto patrimônio construído, produto e produtor de identidade e de memória.

Atualmente, a arquitetura civil comum, tratada como conjunto, emerge como patrimônio representativo, fixando-se como monumento urbano e levantando novas questões à prática e à teoria da intervenção. Edifícios dessa natureza possuem características específicas, mas as orientações para as intervenções de atualização a que estão sujeitos, ora se inscrevem nas abordagens de intervenção da arquitetura corrente nova ou da arquitetura monumental, ora, ainda, resultam de sua identificação como questão de solução urbanística.<sup>1</sup>

Edifícios antigos de arquitetura corrente enquadram-se naquele tipo de patrimônio o qual não possui “importância intrínseca” que justifique uma proteção legal específica, mas “*reveste interesse do ponto de vista do ambiente urbano ou rural, ou da qualidade de vida*”<sup>2</sup>. Estão, assim, no umbral entre serem patrimônio cultural e serem edifícios comuns. Não se sabe até quanto são monumento, até quanto são reserva construída e até quanto são referencial cultural ou histórico.

Se esse tipo de edifício, adiante caracterizado pormenorizadamente, sempre foi sujeito a modificações, por que questionar as intervenções atuais? E se essas intervenções são tão questionadas, por que ainda não foi possível chegar a um posicionamento disciplinar para essa matéria? As respostas parecem estar menos vinculadas à teoria já existente (apesar de não poderem prescindir dela) e mais à própria prática projetual, à data pouco estudada, avaliada ou criticada.

## OBJETIVOS

Para que as avaliações e críticas a respeito do tema se viabilizem no campo das teorias da intervenção, procura-se, aqui, como ponto de partida, apresentar as características peculiares dos edifícios antigos de arquitetura corrente, as condições para sua valorização enquanto patrimônio e as orientações internacionais gerais para sua salvaguarda, de modo a mostrar que tais edifícios ainda não possuem um estatuto próprio que permita intervenções adequadas à sua realidade.

Essa caracterização justifica estudos como proposto pela pesquisa doutoral em curso intitulada *As intervenções sobre arquitetura corrente em centros*

*históricos portugueses: Caracterização e análise crítica de casos paradigmáticos.* Tal estudo busca analisar os edifícios intervencionados e em uso para proceder à caracterização das tendências de projeto presentes em três contextos de salvaguarda distintos (nas cidades de Porto, Évora e Guimarães, em Portugal) e na avaliação de suas conseqüências na longevidade, na sustentabilidade, na habitabilidade e na apropriação dos edifícios enquanto referência cultural<sup>3</sup>.

## METODOLOGIA

Para a discussão em causa foram consultadas referências bibliográficas nas áreas da teoria e história da arquitetura e do urbanismo, mas também se levou em consideração a vivência da pesquisadora no campo, bem como a observação da realidade de centros históricos visitados em diversos países, complementada com reflexões retiradas de discussões com técnicos envolvidos com o tema e com outros cidadãos<sup>4</sup>.

## ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Foram definidos dois tópicos para a apreciação do tema. No primeiro será feita a caracterização dos edifícios de arquitetura corrente em geral e dos edifícios antigos em particular, e, no segundo, será discutida a elevação desse tipo de arquitetura à condição de patrimônio, destacando sua presença nas orientações internacionais para salvaguarda e a relatividade da aplicação de conceitos de *originalidade*, *autenticidade* e *identidade* a esse tipo de imóvel. Ao final, serão apresentadas sínteses e considerações que concluem a problematização apontada e indicam a necessidade de continuidade na abordagem do tema.

### Os edifícios de arquitetura corrente

O termo “arquitetura corrente”<sup>5</sup> pode ser aplicado tanto a edifícios novos quanto a antigos e relaciona-se com sua função e sua estratégia construtiva, e com o modo como eles são disponibilizados para a sociedade, assim como com as limitações envolvidas em sua concepção e edificação. Diferencia-se dos edifícios monumentais, dos “edifícios de autor” e da arquitetura vernacular, não apenas por sua caracterização, mas também em função dos modos de intervenção disponíveis para sua manutenção e conservação.

Dos monumentais diferenciam-se, especialmente, por não possuírem o valor direcionado de repositório memorial e artístico, próprio da construção erigida para distinção de um evento, de um período, ou de um marco artístico ou estilístico. Além disso, os edifícios monumentais, por seu reconhecido valor coletivo, costumam ser institucionalizados, não apresentando propriedade privada ou compartilhada (como é o caso dos edifícios comuns), fazendo deles objetos menos susceptíveis à especulação imobiliária e às tentações de substituição ou modificações para rentabilizar um terreno ou uma região<sup>6</sup>.

É possível haver edifícios de arquitetura corrente, assim como de outros tipos, que ganhem valor patrimonial monumental por terem sido, por exemplo, a moradia de alguma personalidade, ou por se terem tornado exemplar material representativo

ou único de uma determinada época, de determinado sistema construtivo, ou tipo de ocupação, ou seja, pelo reconhecimento histórico posterior que lhes viabilizou alguma representatividade individual. Assim qualificados, esses edifícios contam com tratamento diferenciado em processos de intervenção, cumprindo, no essencial, as orientações destinadas aos demais edifícios monumentais.

Os edifícios de arquitetura corrente são diferentes, também, dos edifícios de autor, projetados segundo algum objetivo significativo mais profundo, para o desenvolvimento de uma idéia ou para a consolidação de determinados valores, teorias ou políticas dominantes, e que, normalmente, qualificam-nos com valores artísticos especiais, independente do programa para o qual são concebidos<sup>7</sup>.

As construções vernaculares, por sua vez, são aquelas que se aproveitam dos materiais e das técnicas construtivas tradicionais e locais, com atuação dos próprios usuários ou por ajuda mútua comunitária<sup>8</sup> e, nesse sentido, não são equivalentes às construções correntes. Atualmente, mais comuns em áreas não-urbanas, ou pelo menos em áreas urbanas de baixo adensamento populacional constituíram, freqüentemente, a base para os atuais edifícios de arquitetura corrente, os quais, por sucessivas substituições e modificações, chegaram até a atualidade.

#### **Caracterização geral dos edifícios de arquitetura corrente**

A arquitetura corrente, nova ou antiga, não é monumental, nem de autor, nem vernacular. Também não pode ser enquadrada como obra de arte<sup>9</sup> ou apenas como cenário urbano. São obras em que permanece *“a inércia da repetição do modelo sobre a vontade de sua renovação”*<sup>10</sup>. Implantadas em lotes urbanos, são construídas seguindo tipologias e modelos já existentes e razoavelmente consolidados. São obras anônimas executadas em série, ou sistematizadas por um mesmo projetista que fica ocultado pela série construída, sem singularidade, ou ainda empreendidas por promotores que contratam equipes técnicas que atendem acriticamente às demandas do mercado.

São edifícios duradouros, mas sem significado artístico. Devem satisfazer a múltiplas exigências funcionais, e atendem a condicionantes físicas, sociais e econômicas específicas de cada local, variável em cada cidade e para cada público-alvo. Resultam da interação de um elevado número de intervenientes (usuários, proprietários, construtores, empreiteiros, administração local), com objectivos próprios.

Normalmente, são imóveis construídos para uso próprio ou aluguel (habitacional, comercial ou misto) com materiais de custo controlado e compartimentação que rentabiliza o terreno urbano no qual está implantado. Podem agregar várias unidades habitacionais em um mesmo edifício ou em um mesmo quarteirão urbano e sofrem alterações freqüentes, em função dos usuários e de suas necessidades (que evoluem em conformidade com a sociedade de cada época), e em função da mudança de usuários em cada unidade habitacional ao longo do ciclo de vida do edifício.

Mesmo atendendo a essas características comuns existem, contudo, diferenças entre os edifícios de arquitetura corrente concebidos a partir de técnicas e lógicas industriais e aqueles concebidos com técnicas e lógicas pré-industriais, as quais fazem com que as respectivas intervenções de recuperação de cada um constituam um problema específico, apesar de referenciarem-se a

problemáticas comuns de reaproveitamento de parque construído, de viabilização de habitação de qualidade e de reordenamento urbano.

Os edifícios de arquitetura corrente produzidos em áreas de urbanização recente, para públicos de baixa, média ou alta renda, apresentam como característica essencial o uso de materiais e técnicas construtivas industrializados (aço, concreto, tijolos queimados, chapas metálicas, materiais isolantes térmicos e acústicos, etc.) e a presença, desde sua construção, de todas as redes de infraestrutura solicitadas pela sociedade atual. Na compartimentação interna das unidades habitacionais e nas dependências de uso coletivo, atendem também a características da vida cotidiana contemporânea, baseadas em modelos específicos de família, trabalho, lazer e saúde. Independentemente da maior ou menor qualidade e durabilidade originais, são passíveis de serem intervencionados, hoje, e na expectativa de sua vida útil, segundo a mesma lógica construtiva inicial, ainda que seja necessária alguma renovação de espaços e sistemas para melhoria de níveis de conforto e habitabilidade.

Ainda que a necessidade de intervenção nesse tipo de edifício seja um problema emergente e crescente, a recente valorização dos edifícios de arquitetura corrente como patrimônio volta-se em geral para os edifícios antigos, originalmente pré-industriais, e suas características específicas somam-se às condições gerais acima descritas. É sobre eles que serão feitas as considerações adiante expostas.

### **Condicionantes e características específicas dos edifícios antigos de arquitetura corrente**

A grande maioria dos edifícios que sobreviveram ao tempo nas cidades são constituídos de diversos extratos construtivos, substituídos e/ou acumulados; de materiais reaproveitados para o mesmo edifício em novas configurações; de ampliações da mesma base em novos pavimentos superiores; da adequação de fachadas para acompanhar as novas modas urbanas; da modificação de

Figura 1: Edifícios de arquitetura corrente no Centro Histórico do Porto, Portugal: parcelamento e ocupação seguem a lógica medieval; tipologias arquitetônicas diferenciadas; lógica construtiva semelhante. Qual o valor de cada edifício neste conjunto? Foto: Arquivo pessoal, abril de 2010



fechamentos para adequação às normas sanitárias; da substituição de coberturas por materiais diferentes; e por uma outra série de razões variáveis<sup>11</sup>.

É inglória a tarefa de definir o que é original<sup>12</sup> ou o que é autêntico em edifícios dessa natureza. Prefere-se, aqui, definir como “originárias”<sup>13</sup> aquelas características que o edifício contém hoje, a permitirem remetê-lo ao seu passado e às condições anteriores àquela em que se encontra na atualidade<sup>14</sup>.

Uma das características originárias é o tipo de ocupação urbana, ou seja, as relações do edifício com o lote, com a rua e com o quintal, que se mantiveram razoavelmente constantes. Em alguns locais essa relação de ocupação urbana dá-se ao nível da rua; em outras, ao nível do quarteirão, o que implica em diferentes pontos de partida para obras de intervenção de recuperação em conjunto.

Possuem, também, uma estética e uma escala próprios e reconhecíveis em seu conjunto. Contudo, apesar de deterem algumas características formais semelhantes, apresentam uma grande variedade de desenho, organização, estrutura e volumetria. Em uma mesma área antiga podem existir desde edifícios com apenas o piso térreo até edifícios com um grande índice de ocupação do lote, em cinco ou mais pavimentos, que podem estar recuados da rua e do logradouro e afastados dos vizinhos laterais, ou alinhados com a rua e com os vizinhos, em lotes de variadas frentes e com variadas profundidades, e diferenciadas disposições de aberturas e de detalhes ornamentais.

Outra característica originária está relacionada com os materiais e respectivos sistemas construtivos, utilizados na execução dos edifícios antigos, e que os diferenciam dos edifícios recentes, com todas as implicações daí decorrentes. Com efeito, ainda que as peças de madeira, as paredes de terra crua ou pedra, os rebocos em cal não sejam os mesmos de quando o edifício foi construído (uma vez que ele passou, no mínimo, por sucessivas e desejadas obras de manutenção ou mesmo por intervenções de remodelação), sua condição originária remete ao uso desses materiais, seja porque a compatibilidade entre eles venha sendo garantida pela lenta sedimentação das soluções testadas na prática construtiva tradicional, seja em resultado da demonstração de sua durabilidade por longos períodos, ainda que seus materiais apresentem menos qualidade relativamente aos materiais habitualmente presentes nos grandes edifícios monumentais.<sup>15</sup>

Contudo, a lógica arquitetônica atual desses edifícios integra, para além da forma de ocupação do lote ou dos materiais e sistemas utilizados, também o modo de organização interna, a compartimentação, a disponibilidade de espaços maiores ou menores, as restrições e constrangimentos ao uso e à ocupação característicos de suas funções originárias, sejam elas habitacionais, sejam mistas. Baseados em uma lógica de vida diferente da atual, os edifícios eram programados para atividades e permanências específicas, ainda que permitam, hoje, uma grande flexibilidade de uso. Em diversos casos, inclusive, surgiam como habitações unifamiliares, sendo adaptados ou transformados, posteriormente, para a função multifamiliar.

As redes de infra-estrutura e instalações prediais foram constantemente modificadas, em função das novidades ou exigências de cada época. Originalmente, os edifícios podem ter sido construídos sem as instalações de energia elétrica, de rede de água e de esgoto, para além de outras redes como telefone, televisão a cabo, etc., e sistemas de conforto térmico, acústico e lumínico. Como foram construídos antes da existência e difusão dos automóveis particulares,



não possuem, também, garagem ou estacionamento incorporados a cada unidade habitacional, e, muitas vezes, as condições estruturais, de compartimentação ou de acessibilidade, não permitiram a adaptação dos espaços e das redes para os novos usos ao longo do tempo.

Os edifícios antigos derivam, assim, do aproveitamento das condições disponíveis no local e na época em que foram construídos, adaptando-se às suas condições climáticas no equilíbrio possível entre os custos e os benefícios da introdução de novas características. Desse modo, eram ajustados mais em função das normas do decoro (do que é digno, decente) do que em função das regras ou normas superiores. Gradativamente, foram incorporando as orientações e restrições legais, as quais, normalmente, eram (e ainda são) elaboradas segundo balizas genéricas e abrangentes, pouco relacionadas com as características específicas locais ou regionais, mas que abarcam novas exigências direcionadas para o para conforto, higiene, segurança e acessibilidade dos usuários<sup>16</sup>.

Essas construções, de geração em geração, constituem o repositório e a memória das experiências acumuladas acerca do que convém, é cômodo, é possível e é aceite como apropriado e reconhecível pela comunidade, mas tanto quanto são referência cultural, são também habitação e devem atender às demandas específicas dessa função, também nos dias de hoje.

### Arquitetura corrente como patrimônio

As iniciativas de salvar os registros materiais da História são antigas, mas a preocupação específica com os elementos mais comuns, menos monumentais ou artísticos à partida, é relativamente recente. Se as preocupações em definir fundamentos sobre como proceder com o edificado existente emergem no século 16, no Clacissismo renascentista,<sup>17</sup> a partir de uma leitura crítica das cidades, apenas no século 19 os edifícios não-monumentais passaram a ser abordados como tema para valorização<sup>18</sup>. Contudo, somente em meados do século 20 os edifícios comuns (primeiro como envolvente de edifícios especiais, depois em função de seu próprio conjunto) passaram a suscitar alguma atenção mais específica<sup>19</sup>.

Os edifícios de arquitetura corrente foram qualificados como tal não por sua própria geração, mas pela geração atual, que percebe, nesse tipo de edifício, valores de antiguidade e memórias de modos de vida e tradições construtivas antepassadas<sup>20</sup>. Diferem da noção de monumento, que se restringe a ser uma obra ou construção destinada a transmitir para a posteridade a memória notável, sem, necessariamente, ter utilização de ordem funcional que se sobreponha à sua função simbólica.

Atualmente, com um rol mais alargado do que aquele presente no patrimônio monumental, o patrimônio cultural incorpora todos aqueles bens materiais e imateriais sobre os quais, como em um espelho, a população se vê e reconhece, e onde busca a compreensão do território no qual está enraizada e sucederam-se os povos que a precederam. É o mesmo espelho que a população oferece a seus hóspedes, para se fazer entender, no que diz respeito ao seu trabalho, suas formas de comportamento e sua intimidade.<sup>21</sup>

As duas principais tendências expressas no século 19 para intervenção no patrimônio, assim como os principais teóricos e correntes até esse período, de onde emergem Violet-le-Duc, Ruskin, Boito, Brandi, Riegl, já são conhecidas<sup>22</sup>. As

tendências de restauro arquitetônico, sob diversas denominações, tais como restauro estilístico, analógico, histórico, moderno, científico, crítico até o conservativo<sup>23</sup>, desenvolvidas a partir de então, partem das noções “romântica” e “progressista” daquele período. Essa evolução do que se entendia por patrimônio também foi acompanhada por modificações nas formas de sua tutela e controle, a partir da passagem pelos conceitos de patrimônio nacional, histórico, monumental, cultural, em cada época e contexto. Primeiro direcionadas aos edifícios monumentais, gradativamente a tutela foi incorporando outros tipos de bens<sup>24</sup>.

A demora em expandir a noção de patrimônio dos monumentos para o meio urbano deu-se, principalmente, em função da própria escala que a cidade representa; pela referência da cidade a um nome, comunidade e genealogia que costumava ser indiferente ao espaço; pela ausência, antes do século 19, de cadastros e documentos cartográficos confiáveis, que dificultavam a percepção de sua evolução; pelo registro da cidade do ponto de vista de suas instituições (jurídicas, políticas e religiosas) e não do ponto de vista espacial; pelo desapareço, por parte da história da arte, pela caracterização e pelo estudo das cidades<sup>25</sup>. Com o tempo, cresce o número de trabalhos sobre a morfologia urbana das cidades pré-industriais (e daí emergem as bases para uma teoria da intervenção na cidade, antes de uma teoria da intervenção no patrimônio urbano), muito em função das modificações intensas pós-industriais, as quais alteraram significativamente as escalas viárias e parcelares, evidenciando problemas que contrastavam com os problemas da própria cidade tradicional.

Terão sido Ruskin e William Morris os primeiros a teorizar a respeito da importância da manutenção da arquitetura anônima na constituição da cidade e na contextualização dos grandes monumentos, evidenciando uma crítica à evolução produtiva e uma apologia à memória de tempos menos turbulentos. Em um segundo momento surgiria, explicitamente, a noção de “cidade histórica”, formulada por Camillo Sitte, que propunha a avaliação das qualidades estéticas necessárias para o novo momento da chamada “era industrial”, ressaltando as características dos centros históricos em relação ao novo tipo de cidade emergente, sem, contudo, abordar especificamente as formas de sua manutenção<sup>26</sup>.

O termo “patrimônio urbano”, porém, apareceria pela primeira vez apenas na década de 1930, na obra teórica e prática do italiano Gustavo Giovannoni, que atribuiu valores “de uso” e “museal” aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os em uma concepção geral de organização do território<sup>27</sup>. A arquitetura corrente não é valorizada em si, mas sim indiretamente, pelo conjunto, e passa a constituir um patrimônio cultural<sup>28</sup>. Diversas abordagens da teoria da arquitetura iriam, gradativamente, demonstrando a importância relativa de cada edifício nesses conjuntos, e suas especificidades.

Giovannoni percebe a cidade histórica como um monumento, mas não apenas de forma estética; busca compreendê-la como um tecido vivo, sendo então figura referencial e museal, mas com potencial para a vivência. Destaca a importância da integração, no conjunto urbano, dos monumentos antes isolados, e requer, para os edifícios que conformam seu conjunto, os mesmos princípios e procedimentos de intervenção estabelecidos por Camilo Boito para os edifícios monumentais<sup>29</sup>. Percebe-se, em Giovannoni, uma valorização das características da cidade, da perspectiva, do valor hierárquico dos volumes e da recíproca interdependência entre os edifícios correntes e os monumentos<sup>30</sup>. Contudo, não é

sua prioridade a análise das especificidades e valores presentes nos edifícios habitacionais.

Apesar dessa valorização emergente, diversos países continuaram orientando seus planos de ação de salvaguarda e restauro em nome de uma identidade nacional vinculada a valores especialmente relacionados a uma determinada época. Em nome dessa “identidade”, o que era posterior ao período escolhido era exterminado pela remodelação dos edifícios monumentais, que se tornavam mais puros em relação ao estilo equivalente, e pela demolição dos edifícios comuns de suas áreas envolventes, para abrir linhas de visada e valorizar os imóveis selecionados. Nesse mesmo contexto emergiam problemas gerados pela sobreocupação dos edifícios das áreas centrais, ou pelo abandono dessas áreas para a ocupação de novos bairros periféricos<sup>31</sup>. Ambas as situações, ainda que contrárias, geraram as condições para um processo continuado de degradação dos edifícios habitacionais de áreas antigas em diversos contextos, o que configurou mais uma justificativa para sua demolição e para sua renovação na atualidade.

Esses tipos de intervenção (sobre o monumento e sobre a cidade) foram amplamente questionados, ao mesmo tempo em que eram ressaltados os perigos de tratar museologicamente as antigas malhas urbanas ou de sobrevalorizar econômica e turisticamente essas áreas e suas edificações. Essas considerações fizeram com que se firmasse, na segunda metade do século 20, uma maior preocupação em integrar os centros antigos na vida contemporânea, e seus edifícios no rol patrimonial<sup>32</sup>. Nesse novo momento, a manutenção de características tradicionais era vista como uma forma de evitar que valores homogêneos, de caráter globalista, fossem impostos a sociedades de características diversas. Contudo, nesse mesmo contexto, a indústria patrimonial se desenvolveu, propondo os centros e os bairros antigos como produtos para o consumo cultural.<sup>33</sup>

Os edifícios de arquitetura corrente das áreas antigas e, muitas vezes, degradadas, passam a ser intervencionados, tendo em vista uma valorização adicional. Sua substituição não é de todo proibida, mas também não é incentivada,

Figura 2: Edifícios de arquitetura corrente no Centro Histórico do Porto, Portugal: edifícios com diversas épocas aparentes; diferentes graus de degradação; formas diferentes de apropriação. Como lidar com a diversidade?  
Foto: Arquivo pessoal, abril de 2010



ou vista como uma atitude natural, como em tempos passados. Esse apego ao patrimônio marca um contexto contemporâneo em que a manutenção da arquitetura recebida, evitando sua substituição por um edifício novo, parece compensar todas as outras perdas culturais anteriores<sup>34</sup>. A presença dos edifícios antigos e sua manutenção passam a ser bem vistas, ainda que as necessárias intervenções de remodelação colocassem em causa grande parte da história ali contida.

A valorização do patrimônio de arquitetura corrente tornou-se, então, atualmente, necessária não apenas pela mais-valia que representa em termos de interesse cultural ou estético, mas também por sua capacidade de atração e conseqüente relevância econômica. Disso decorre que um dos problemas mais importantes para esse patrimônio configura-se em sua valorização financeira, seja privilegiando sua parte visível, com a manutenção de suas fachadas, seja com a destruição generalizada ou intervenções pouco criteriosas nos interiores dos edifícios, para atender também a demandas imobiliárias por espaços equivalentes aos de construções novas. Mais do que a identidade histórica e cultural, importam o deleite e o usufruto visuais e uma noção, criada exteriormente e importada, de qualidade de vida e de habitabilidade.

Apesar do exposto, muitos desses edifícios se encontram, hoje, abandonados ou em vários estados de degradação, no todo ou em parte, em grandes ou pequenas áreas de centros históricos. As intervenções a que esses edifícios estão sujeitos são consideradas de difícil execução por promotores públicos e privados, seja pelas características intrínsecas dos imóveis, seja pela componente social e econômica do realojamento temporário ou permanente das famílias (enraizadas ou não) que ocupam esse tipo de imóvel, ou seja ainda pela pressão para a revitalização das áreas antigas, segundo a imposição de novas lógicas de ocupação, que valorizam o turismo e o espetáculo, em detrimento da vocação inicial para habitação e serviços.

### **Orientações para salvaguarda**

Para orientar as ações sobre esse novo patrimônio urbano, ampliou-se a terminologia correspondente aos vários tipos e graus de intervenção, diferenciando restauro, reabilitação, recuperação, reconstrução e renovação. Tal especificação incorpora desde ações de manutenção até ações de substituição completa de um edifício, considerando não apenas os aspectos materiais, mas também os aspectos sociais envolvidos.<sup>35</sup>

Esses avanços na matéria de proteção do patrimônio arquitetônico, em termos teóricos e normativos, correspondem, nos documentos de orientação (ONU, Unesco, Icom, ICCROM, Icomos, institutos, fundações e conselhos locais, regionais, nacionais, internacionais), à incorporação de princípios direcionados a outros patrimônios não-monumentais, entre os quais se incluem o tecido urbano e seus componentes<sup>36</sup>. Passam a abordar preocupações com a reutilização do patrimônio edificado existente e a manutenção da ambiência social dos bairros que o contém.

Das cartas que abordam a questão urbana, dos conjuntos e da arquitetura comum, destacam-se algumas nas quais estão reconhecíveis aspectos relacionados com as possibilidades de intervenção na arquitetura corrente: a *Carta de Veneza* sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios<sup>37</sup> (ICOMOS, Veneza, 1964); a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Unesco, 1972); a *Carta européia do patrimônio arquitetônico* (Conselho da Europa,

Strasburgo, 1975); a recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e de sua função na vida contemporânea (Unesco, Nairóbi, 1976); a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico da Europa (Conselho da Europa, Granada, 1985); a *Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas* (ICOMOS, Washington, 1987); o Documento de Nara sobre a autenticidade do patrimônio cultural<sup>38</sup> (Unesco, ICCROM e Icomos, Nara, 1994); a *Carta de Cracóvia* – Princípios para a conservação e o restauro do patrimônio (Unesco, Cracóvia, 2000).

De um modo geral, os textos desses documentos evoluíram no sentido de relativizar a monumentalidade do patrimônio e de incorporar novas expressões culturais e novos valores a resguardar em cada contexto. Reforçam a autonomia de cada nação em salvaguardar seus valores próprios e a necessidade de, cada vez mais, todas as formas de patrimônio serem estudadas, avaliadas e registradas.

Nos documentos cujo texto se refere, de forma mais direta, à questão da arquitetura corrente (seja por tratar dos centros históricos, seja do patrimônio arquitetônico, seja de conceitos de intervenção) pode-se perceber que ainda existe uma certa falta de rigor conceitual no tratamento dos temas. A arquitetura comum ainda não alcançou um estatuto específico, apesar de estar latente essa necessidade, uma vez que são feitas referências a *“obras modestas que adquirem com o tempo um significado cultural”*, a *“grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem podem ser valorizados”*, ou ao *“conjunto de construções mais modestas, importantes como envolvente dos monumentos, mas também pela atmosfera que os qualifica como obras de arte”*<sup>39</sup>.

Apesar da diferenciação feita entre “monumentos”, “conjuntos” e “sítios”, a caracterização dos conjuntos (normalmente vinculados à noção de centro histórico) não especifica o tratamento o qual deveria ser dado a cada um dos edifícios comuns que os compõem e, individualmente, ainda recebem as mesmas diretrizes utilizadas para os edifícios monumentais. Uma delas é a necessidade de

Figura 3: Edifícios de arquitetura corrente no Centro Histórico do Porto, Portugal (intervencionados na década de 1980): diferentes soluções de projeto e de acabamentos; patologias por falta de manutenção. Quais lições podem ser tiradas deste contexto? Foto: Arquivo pessoal, abril de 2010



“comprovar” ou ter certeza “documental” do histórico de cada edifício para garantir seu valor patrimonial. Outra, é a exigência de técnicas “adequadas”, funções “apropriadas”, “respeito” ao contexto, sem especificar o que isso significa em termos de intervenção em um edifício comum, cujos valores, notadamente, são diferentes dos de um edifício monumental.

Dos documentos mais direcionados ao problema, a *Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas* (CARTA DE WASHINGTON, 1987) se refere aos conjuntos urbanos históricos, de maior ou menor dimensão, incluindo cidades, vilas, centros ou bairros históricos. Lembra que a salvaguarda dos conjuntos urbanos históricos interessa, primordialmente, aos seus habitantes e estar integrada no planejamento urbano e nas políticas de desenvolvimento, remetendo as orientações e instrumentos de ação mais à cidade do que aos edifícios, deixados a cargo da *Carta de Veneza*. Destaca como valores a preservar “a forma e o aspecto dos edifícios (interiores e exteriores) definidos através de sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração, entre outros”, uma vez que “qualquer agressão a estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica”<sup>40</sup>. Ou seja, importam tanto o exterior quanto o interior dos edifícios que compõem as áreas antigas para serem reconhecidas como patrimônio.

Já a *Carta de princípios para a conservação e o restauro do patrimônio construído* (*Carta de Cracóvia*, 2000) que, de alguma forma, procura qualificar, atualizar e alargar os conceitos presentes na *Carta de Veneza* (1964), reforça a importância da memória coletiva específica de cada comunidade, mais do que os próprios edifícios em si, e mais do que os monumentos apenas. Ressalta a importância de uma gestão sustentável e estratégica e deixa patente que “os edifícios que constituem as zonas históricas, podendo não se destacar pelo seu valor arquitetônico especial, devem ser salvaguardados como elementos de continuidade urbana, devido às suas características dimensionais, técnicas espaciais, decorativas e cromáticas, elementos de união insubstituíveis para a unidade orgânica da cidade”<sup>41</sup>. Destaca a dupla função que os “imóveis do tecido urbano” desempenham, seja como elementos de forma urbana, seja por sua “espacialidade interna, que constitui um de seus valores essenciais”<sup>42</sup>.

Com a *Carta de Cracóvia*, finalmente, clarificam-se alguns conceitos e terminologias que vinham sendo utilizados sem adequada fundamentação. Segundo o documento, a *identidade* (presente nos edifícios) seria a “referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado”, e essa *autenticidade* seria “o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo”<sup>43</sup>.

### **Autenticidade, identidade, originalidade**

Diferentemente do que pode ocorrer com os edifícios monumentais, para os quais são válidos os conceitos acima descritos, não são evidentes, para cada edifício de arquitetura corrente, os aspectos que os possam remeter diretamente à sua “originalidade” ou à sua “autenticidade”, ou ainda à “identidade” coletiva deles dependente. A dificuldade em adequar esses conceitos a tais edifícios integra os problemas inerentes às opções de intervenção.

Tratados como conjunto, os edifícios correntes possuem valor urbano, mas, analisados individualmente, os edifícios perdem muito do valor que lhes é dado. Por causa das necessidades impostas pelo uso e por outras condicionantes, tais edifícios foram sempre modificados, de modo que a matéria chegada até os dias de hoje pouco, ou muito pouco, possui do primeiro edifício, original, que ocupava o mesmo lugar na cidade, ou, ainda, da tipologia arquetípica que orientava sua construção.<sup>44</sup> Para a identidade relativa aos edifícios de arquitetura corrente vale menos a originalidade do que o reconhecimento social da importância do bem.

Já a preocupação com a autenticidade se dá em função exatamente da criação de um novo elemento, que é um não-autêntico e pode ser tomado pelo outro e concorrer com ele<sup>45</sup>. As cópias e pastiches se misturam com os edifícios antigos, confundindo a leitura das referências históricas neles presentes. No campo da arquitetura corrente, na qual os edifícios são modificados com a repetição de soluções que funcionaram em edifícios semelhantes, sobrepostas a soluções de épocas anteriores, é difícil remeter o edifício apenas a uma época ou a uma tipologia em relação à qual seja autêntico. A autenticidade ou não de determinados elementos não será, assim, o fator essencial para a continuidade da leitura identitária desse tipo de bem.

Apesar de a sociedade identificar os edifícios comuns como parte de seu referencial coletivo de memória, o conceito de identidade a que se referiria o patrimônio arquitetônico foi, inicialmente, uma criação de instâncias superiores de poder, para marcar cada nacionalidade, a partir de determinados bens monumentais escolhidos. Só posteriormente tal termo, enquanto conceito, seria apropriado pela sociedade para justificar a valorização de seus bens materiais e imateriais, não apenas monumentais, mas essencialmente culturais. Se antes se olhava para a História como um processo no qual não era possível a participação do homem comum, cada vez mais cada cidadão faz parte dela, nem que seja pelo acúmulo de registros de sua passagem pelo mundo<sup>46</sup>.

## SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, aqui, fazer uma aproximação dos edifícios antigos de arquitetura corrente como problema a ser trabalhado pela arquitetura no contexto da intervenção no patrimônio construído. Passando pela caracterização geral e específica desse tipo de arquitetura e por sua valorização relativa quanto aos outros patrimônios (ressaltando a dificuldade na definição de critérios de autenticidade, originalidade, identidade e a desconsideração, por parte das orientações internacionais, das especificidades desse tipo de imóvel), foram abordados temas que podem contribuir para alimentar discussões as quais levem à definição de orientações mais realistas para projetos de intervenção nesse tipo de edifício.

Nota-se, pelo exposto, que a incorporação dos edifícios correntes como preocupação patrimonial é uma prática relativamente recente e, conseqüentemente, ainda carente de análises específicas. A construção teórica tem sido elaborada pela própria prática dos projetos, sem que se pare para analisar seus resultados<sup>47</sup>. Se antes a responsabilidade pelas intervenções nesse tipo de edifício era, fundamentalmente, exercida por proprietários, usuários e mestres de obras, hoje é cada vez mais solicitada a participação dos arquitetos, tanto em projetos como em

planos de salvaguarda. Dado o volume de edifícios que se enquadram na caracterização apresentada, é seu papel, mais do que nunca, questionar a representatividade que teria cada exemplar isolado, enquanto patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e enquanto objeto de salvaguarda.

Discutir a real necessidade de manter todos os exemplares construídos; os critérios para escolha daqueles que merecem atenção mais cuidada; os critérios para sua manutenção e recuperação, as alternativas de uso e ocupação de cada edifício; refletir sobre o que vai ser legado ao futuro como representação do passado, mas também o que vai ser oferecido como representação de nosso tempo: tudo isso passa pelo conhecimento cada vez mais aprofundado das condicionantes envolvidas não apenas nas soluções pontuais específicas do projeto arquitetônico para cada edifício ou unidade habitacional, mas também do contexto cultural alargado que os incorpora.

É comum ver-se argumentar que os custos de intervenção nesse tipo de edifício são impraticáveis, sendo mais econômica a substituição por um edifício novo, globalmente mais adequado às condições contemporâneas. Ainda que isso fosse verdadeiro, está em questão não apenas o valor econômico do imóvel, mas também o valor do impacto ambiental<sup>48</sup> relativo ao consumo de materiais novos e à produção de resíduos (como seria no caso da substituição de um edifício de arquitetura corrente recente) e, especialmente, o valor patrimonial recentemente incorporado a esse tipo de edifício. De qualquer modo, reconhece-se que é realmente oneroso para os proprietários realizarem intervenções cuidadosas, segundo os mesmos princípios preconizados para os edifícios monumentais<sup>49</sup>. Torna-se necessário, portanto, relacionar, tão rigorosamente quanto possível, todos os valores envolvidos. Não é mais possível equiparar os edifícios comuns a monumentos, sem dar-lhes um estatuto próprio, de qualidade relativa, com valores apropriados e orientações mais específicas.

O que está em causa não são apenas os edifícios, mas também as técnicas, os sistemas, o modo de uso que, como um todo, dão corpo à herança cultural ali materializada e pode ser colocada em risco com as modificações introduzidas. A necessidade de ocupar os centros antigos, por si só, não pode ser justificativa para um somatório de soluções isoladas que, a longo prazo, descaracterizem esse mesmo centro de modo irreparável, em resultado da perda de sua qualidade de referência cultural. Por outro lado, o desejo de manter as características originárias dos edifícios não deve ignorar a evolução que tem ocorrido na tecnologia da construção e dos materiais, e o respectivo contributo no estabelecimento de soluções que promovam as necessárias e desejadas melhorias de desempenho dos edifícios intervencionados, viabilizando, assim, sua longevidade. Trata-se, pelas razões expostas, de encontrar um equilíbrio para a melhoria do desempenho do edifício, sem esquecer suas valências culturais, em compromisso de difícil, e por isso urgente, caracterização.

É preciso encarar esse novo e específico problema sem mascarar-lo em outros discursos ou discussões que lhe são tangentes. A sugestão que aqui se propõe, para concluir, é trabalhar com o material já produzido pela prática projetual, em análises com diversos enfoques, sobre intervenções já realizadas. Ter cada vez mais claras as características que diferenciam esses edifícios dos demais e suscitar discussões nesse sentido são atitudes a integrarem a lista urgente das tarefas a cumprir, se o objetivo for gerar argumentos mais realistas com os quais a arquitetura possa trabalhar na salvaguarda do patrimônio cultural.



## NOTAS

- (1) Esse posicionamento misto entre a intervenção em edifícios antigos e novos está presente em J. Paiva, J. Aguiar e A. Pinho. *Guia técnico de reabilitação habitacional*. Lisboa: LNEC, v. 1, 2006 e a consideração de áreas antigas e novas em processos de reabilitação urbana, como problemas equivalentes, pode ser percebido em F. Fernandes e M. Cannatá. *Territórios reabilitados*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009.
- (2) Como sugerido na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico da Europa, art. 10<sup>a</sup>, alínea 4 in LOPES, F.; CORREIA, M. B. *Patrimônio arquitetônico e arqueológico: Cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p. 208.
- (3) Tal pesquisa é desenvolvida no âmbito do Programa de Doutorado e do Grupo de Estudos de Intervenção no Patrimônio, do Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), Via Panorâmica s/n, 4150-755, Porto, Portugal, pelos autores deste artigo (pesquisadora e orientador), e com auxílio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT).
- (4) Metodologia suportada, entre outros, por P. A. Rheingantz et al. *Observando a qualidade do lugar: Procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: PROARQ, 2009; *Invenção*. GIL, F.; SALSANO, A. *Enciclopédia Einaudi*, v. 41. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000, p. 174-252. A bibliografia utilizada busca contemplar as principais discussões internacionais sobre o tema da intervenção arquitetônica, mas tem como ponto de partida, especialmente, a realidade portuguesa (o contexto da pesquisa em curso), enfatizada em aspectos técnicos e tectônicos que lhes são sensíveis.
- (5) Utilizado, entre outros, por F. B. Fernandes, *Transformação e permanência na habitação portuense: As formas da casa na forma da cidade*. 2. ed. Porto: FAUP-Publicações, 1999, e por A. B. Coelho, *20 anos a promover a construção de habitação social, 1984-2004*. Lisboa: LNEC, 2006.
- (6) Ainda assim, note-se, na realidade portuguesa (e acredita-se que também em outras), um crescente “aproveitamento” de edifícios monumentais para novos programas, especialmente turísticos, como pousadas e restaurantes, muitos deles de caráter luxuoso e de acesso restrito, a partir de ações de “valorização” de questionável teor cultural ou coletivo.
- (7) Tais edifícios seriam “obras de exceção, manifestos construídos, campos de experimentação”, (FERNANDES, op. cit., p. 331). Diferenciam-se, também, pela vinculação do edifício a um nome reconhecido no meio disciplinar, ainda que suas características construtivas ou arquitetônicas sejam semelhantes às dos demais edifícios projetados por técnicos que não pertençam ao *star system* ou a grupos de produção arquitetônica de viés crítico.
- (8) O termo “arquitetura popular” costuma ser utilizado como sinônimo de arquitetura vernacular quando se procura fazer a caracterização da arquitetura sem arquitetos. Contudo, atualmente, o termo tem se diferenciado da arquitetura vernácula no sentido de referenciar as obras urbanas ou semi-urbanas com características próprias, nas quais os recursos locais utilizados são materiais industrializados e sistemas construtivos mistos. Aproximações dessa arquitetura podem ser encontradas em A. Domingues, *A rua da estrada: O problema é fazê-los parar!* Porto: Dafne, 2010, e, em D. Tavares, *Francisco Farinhas: Realismo moderno*. Porto: Dafne, 2008. Há, também, uma diferença entre a arquitetura vernacular em si (que permanece até hoje em vários lugares pela continuidade da tradição construtiva) e a arquitetura contemporânea que se utiliza de técnicas ou materiais de cunho vernacular, mas para obras de autor, nas quais se reinterpreta as características comunitárias originais desse tipo de arquitetura, da qual são exemplo as obras do arquiteto egípcio Hassan Fathy ou do mexicano Luis Barragán.
- (9) N. Leach, em *A (An)estética da arquitetura*, tradução de Carla Oliveira, Lisboa: Antígona, 2005, critica a tendência contemporânea a tratar tudo como arte, afirmando que tal condição banaliza o próprio conceito de arte.
- (10) Fernandes, op. cit., desenvolve essa idéia e defende a análise tipológica como estratégia para identificar e valorizar os edifícios comuns, destacando a “repetição” e a “inovação” como abordagens diferenciadas e específicas. Contudo, o autor relativiza as situações em que, mesmo quando a inovação está presente, os resultados continuam sendo chamados de arquitetura corrente, como na década de 1960, quando foram necessárias novas tipologias construtivas para atender rápida e economicamente a questões quantitativas de alojamento e equipamentos urbanos.
- (11) As situações que orientam essas modificações diferem de cidade para cidade, de país para país, em função de suas condicionantes históricas específicas. Aqui se definem as condições genéricas às quais esse tipo de edifício está sujeito, e que podem ser preenchidas por exemplos de variadas cidades.
- (12) Teria sido Gaetano Miarelli Mariani a dizer que o “estado original” de um edifício significa, no máximo, um momento intermédio de sua vida.

(13) Essa noção se aproxima da noção de “descendência”, ou seja, o que o edifício é hoje depende das informações de seus diversos edifícios ancestrais, dos quais carrega informações e sobre os quais vai produzir mais informações, em um processo contínuo.

(14) G. Kluber, em *A forma do tempo: Observações sobre a história dos objetos*, (Lisboa Veja, 2004), aborda as séries, continuidades e transições das formas no tempo; M. Freitag, em *Arquitetura e sociedade* (Lisboa: Dom Quixote, 2004), ressalta que a síntese da representação material da sociedade é dinâmica, variando no tempo; K. Frampton, em *Estudios sobre cultura tectónica: Poéticas de la construcción en la arquitectura de los siglos XIX y XX*, (Madri: Akal, 1999), enfatiza a materialidade das transições; Fernandes, op. cit., demonstra como as modificações e sedimentações eram processos lentos na cidade.

(15) A substituição desses materiais pelos industrializados, em processos atuais de intervenção, pode gerar anomalias ao nível construtivo (aplicação de gesso, cimento, tinta plástica e outros materiais não-higroscópidos, como alguns isolantes térmicos e acústicos), além de descaracterizar formalmente o edifício e alterar sua lógica construtiva originária. Por outro lado, as novas tecnologias de reforço e compatibilização beneficiam a longevidade, pelo menos estrutural, dos edifícios que ameaçam ruína. A respeito dessas incompatibilidades e conseqüentes anomalias, pode ser consultada uma série de artigos que abordam casos específicos, divulgados especialmente em atas de encontros técnicos ou em sites como o [www.buildingconservation.com](http://www.buildingconservation.com), ou ainda em referências bibliográficas como Paiva et al., op., cit., v. II, ou em J. A. S. Appleton, *Reabilitação de edifícios antigos: Patologias e tecnologias de intervenção* (Alfragide: Orion, 2003).

(16) A respeito da generalidade presente na legislação urbanística, ver F. C. Giacomini, *Além das palafitas: Espacialidade de edificações em encosta e sua relação com a legislação de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 2005 – dissertação de mestrado). No caso das intervenções patrimoniais atuais, as normas cada vez mais numerosas costumam estar sujeitas à interpretação dos técnicos envolvidos nos projetos quando se trata de edifícios monumentais, cabendo a eles julgar os benefícios de seu cumprimento em relação às perdas patrimoniais decorrentes. Contudo, nos edifícios de arquitetura corrente, ainda que as normas sejam relativizadas, a necessidade de adequar às condições de habitabilidade atuais normalmente conduz para seu cumprimento.

(17) I. Solá-Morales, “Historia i arquitectura. La recerca històrica en el procés d'intervenció en els monuments”. *Del contraste a la analogia: Transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica* (Barcelona: Diputació. Servei de Catalogació i Conservació de Monuments, 1986, p. 48-51) e Teorias de la intervenció arquitectonica. *Quaderns del Col·legi d'arquitectes de catalunya*, n. 155, p. 30-37, 1982.

(18) Segundo Choay, op. cit. (p. 177), a noção de patrimônio urbano histórico nasceu na época das obras de Haussmann em Paris, mas foi desenvolvida por Ruskin na Grã-Bretanha.

(19) Especialmente no final da década de 1920, a partir de uma nova percepção da disciplina histórica, com o reconhecimento dos atos das pessoas comuns como parte dos acontecimentos a relatar (GOFF, J. Le, *História e memória*, v. 1/ História e v. 2/ Memória, Lisboa: Edições 70, 2000), considera a fundação da revista *Annales*, em 1929, por iniciativa de Marc Bloch e Lucien Febvre, como o ato de nascimento da nova História) e, posteriormente, com o desenvolvimento das disciplinas sociais, como a antropologia na década de 1970, quando foram desenvolvidas diversas discussões a respeito das investigações etnográficas recentes.

(20) A evolução das concepções sobre o patrimônio ressaltam a importância que a manutenção da materialidade representa para o “equilíbrio do espaço social” e o “equilíbrio mental”. Segundo Durkheim, em F. Silvano, *Antropologia do espaço, uma introdução* (2. ed., Lisboa: Celta, 2007), deve haver uma compatibilidade entre os planos espacial e social, dependendo da estabilidade do segundo de permanências no primeiro. Uma materialidade assim seria o suporte ideal para as memórias coletivas e individuais, com o grupo moldando o espaço ao mesmo tempo em que se deixa moldar por ele.

(21) A metáfora do espelho é utilizada por Gomez Sánchez, apud C. Colón, “Necessidad de la belleza: notas sobre la difusión del Patrimonio en la sociedad de la comunicación masiva”, *PH Boletín*, n. 25, (Sevilha: Intituto Andaluz del Patrimonio Historico, 1999, p. 116). A mesma metáfora é utilizada por F. Choay, em *A alegoria do patrimônio*, São Paulo: Estação Liberdade (Editora Unesp, 2001, p. 240-247), para destacar o comportamento narcisista da sociedade contemporânea em relação ao patrimônio, sobre o qual teria perdido a “competência de edificar”.

(22) Esse histórico detalhado pode ser encontrado, entre outros, em J. Aguiar, *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos: Bases para sua aplicação à realidade portuguesa* (Tese de doutoramento, Universidade de Évora, 1999 – PDF); em Ignasi Solá-Morales, “Teorias de la intervención arquitectonica”, *Revista Quaderns del Col·legi d'arquitectes de Catalunya* (n. 155, p. 30-37, 1982); e em J. Jokilehto, *A history of architectural conservation: The contribution of english, french, german and italian thought towards an international approach to the conservation of cultural property*. PHD thesis (The University of York, England Institute of Advanced Architectural Studies, 1986 – PDF).

(23) S. M. Alonso-Muñoz, em “Del restauro estilístico al restauro crítico”, *Tratado de rehabilitación*. Tomo I: Teoría e historia de la rehabilitación (UPM: Madrid, 1999, p. 31-37), descreve essas tendências de abordagem de intervenção. É necessário ressaltar que essa compartimentação das teorias em rótulos pode mascarar alguma tendência não-descrita no conteúdo de cada uma delas. Deve-se considerar que esses vários tipos de restauro podem acontecer de forma não absolutamente sucessiva (alguns permanecem como orientação para alguns profissionais até a atualidade), mas sim interpenetrados, de modo que um tipo passa a conter características do outro. Ainda assim, demonstram um amadurecimento progressivo no sentido da valorização dos imóveis comuns.

(24) Essa valorização se estende também para as diversas formas de expressão cultural, tal como demonstra Choay, op. cit., ao abordar os vários tipos de “patrimônio”.

(25) Segundo Choay, op. cit., p. 177-178.

(26) Segundo Aguiar, op. cit., p. 88.

(27) Choay, op. cit. (p. 195), indica a fonte em que aparece o termo cunhado pelo autor: G. Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova* (Turim: Unione tipografico-editrice, 1931, p. 113). A autora descreve ainda (p. 174-204) o que chama de “invenção do patrimônio urbano”, destacando as figuras por ela denominadas de “memorial”, “histórica” (papel propedêutico e museal) e “historial” (síntese e superação de suas precedentes, essa sim vinculada a Giovannoni, especialmente no tratamento dos conjuntos a partir da estratégia do “diradamento”). Destaca, ainda, a participação do arquiteto, em 1931, da formulação da *Carta do restauro*, na Conferência de Atenas, considerado o primeiro ato internacional de tutela dos monumentos.

(28) Os valores colocados em causa no patrimônio urbano são também comparáveis com os valores expostos por Riegl em sua crítica ao culto moderno dos monumentos, no princípio do século 20. A. Riegl, *El culto moderno de los monumentos, su carácter y sus orígenes* (Sevilha), Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2007.

(29) O respeito pela matéria original, a ideia de reversibilidade e distinguibilidade, o interesse pela conservação e a mínima intervenção, a marcação entre passado e presente e a importância da documentação e de uma metodologia científica de abordagem, constituem suas principais orientações.

(30) Conforme afirma Alonso-Muñoz, op. cit, a avaliação da cidade e de seu caráter referencial será trabalhada, entre outros, por Gordon Cullen, Kevin Lynch e os irmãos Krier. As características tipológicas e morfológicas do urbano e do arquitetônico serão também profundamente trabalhadas segundo metodologias diferentes e nem sempre consensuais; primeiro, pela *tendenza italiana*, com Aldo Rossi e Giorgio Grassi, mas também a partir das obras de Giulio Carlo Argan e Carlo Aymonino, Anthony Vidler, Rafael Moneo e Manfredo Tafuri.

(31) C. G. Vasquez Carlos García, em *Ciudad hojaldré: Visiones urbanas del siglo XXI* (Barcelona: Gustavo Gilli, 2004, p. 7-53, *La visión culturalista de la ciudad*) apresenta e critica essas tendências de urbanização periférica ou de estetização central.

(32) Expressivo, nesse contexto, foi o caso da cidade de Bolonha, Itália, na qual se procurou recuperar o centro histórico com importante foco nos edifícios habitacionais, permitindo a participação da sociedade nos processos desenvolvidos. O caso se tornou paradigmático pelos desenvolvimentos futuros que obteve, com resultados positivos e negativos muito questionados ainda na atualidade.

(33) Choay, op. cit., p. 224.

(34) A. Zerbeto indica em *Inflação patrimonial: O complexo de Noé da contemporaneidade e as ilusões de eternidade* (*Arquitextos*, n. 87, agosto de 2007), acesso em: 8 de maio de 2008 e disponível em: <[http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq087/arq087\\_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq087/arq087_03.asp)>, que o sujeito moderno, até então visto como um ente unificado, torna-se fragmentado, e abalam-se os quadros de referência que concendiam aos indivíduos alguma ancoragem no mundo. Procurando recuperarem-se dessa fragmentação, promovem a coleção de fragmentos materiais e imateriais significativos, a contribuírem para a possibilidade de recontar sua história e dar continuidade a ela.

(35) Paiva et al., op. cit., p. 16, apresentam cada uma dessas definições, fundamentadas nas recomendações internacionais e na bibliografia especializada. Contudo, são definições que variam em outros autores (mesmo sendo eles contemporâneos entre si), de modo a não haver uma uniformidade no discurso sobre cada tema.

(36) A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) foi criada em 1945, tendo como objetivos, entre outros, o de promover a elaboração de convenções e recomendações e o de definir os bens que devem ser incluídos na lista de patrimônio mundial. Integra a ONU (Organização das Nações Unidas), criada no mesmo ano, e, por sua atuação, foram criados outros órgãos, como o Icom (Conselho Internacional de Museus, não-governamental, criado em 1946), o ICCROM (Centro Internacional

de Estudos para a Conservação e o Restauro dos Bens Culturais, intergovernamental, criado em 1957) e o Icomos (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, não-governamental, criado em 1965). No âmbito desses e outros organismos foram definidas orientações internacionais assim qualificadas: 1- Convenções, Tratados ou Pactos (devem ser aprovados pelos estados, que se obrigam a aplicar, em seu território, os princípios neles expressos; são documentos jurídicos que comprometem os estados aderentes); 2- Recomendações (definem os princípios capazes de orientar as políticas de cada estado, mas sem caráter vinculativo); 3- Os restantes atos: cartas, normas, orientações, princípios, conclusões de encontros, declarações e “normas”(definem os princípios e os conceitos sobre determinada matéria, de forma a orientar a ação dos intervenientes, mas sem caráter vinculativo) in Lopes e Correia, op. cit.

(37) A *Carta de Veneza* é ainda hoje a referência utilizada para justificar as propostas de intervenção no património construído em geral.

(38) Além do documento final que expressa as sínteses das discussões realizadas no Congresso de Nara, as atas do evento contêm textos relevantes para o tratamento do tema, abordado, entre outros, por Françoise Choay (*Sete propostas sobre o conceito de autenticidade*) e B. Von Broste e U. Bertilsson (*Autenticidade e património mundial*) (Cf. *Proceedings of the Nara Conference on authenticity in relation to the world heritage Convention*, Icomos).

(39) Os termos citados estão presentes nos documentos referidos anteriormente, disponíveis em Lopes e Correia, op. cit.

(40) “Princípios e objetivos”, alínea c, in Lopes e Correia, op. cit., p. 216.

(41) Diferentes tipos de património, alínea , in Lopes e Correia, op. cit., p. 292.

(42) Ibidem. Recomenda, por exemplo, que “*devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu ‘verdadeiro estilo’. A reconstrução de partes muito limitadas, com significado arquitetónico, pode ser excepcionalmente aceite, na condição de se fundamentar em documentação precisa e irrefutável*”. (grifos nossos), “Objetivos e métodos”, alínea 4. in Lopes e Correia, op. cit., p. 290-291.

(43) Anexo. Definições, alíneas c e d.

(44) Os edifícios monumentais sofreram poucas modificações ao longo do tempo ou sofreram modificações documentadas, ou sofreram modificações não-documentadas, mas atualmente reconhecidas por profundos estudos e análises arqueológicas, que recuperaram as informações de seu desenvolvimento arquitetónico. Hoje, as ações de intervenção nesses edifícios orientam-se por estudos dessa natureza, e essa situação é viabilizada pela aceitação do valor social do bem, que justifica o investimento financeiro necessário para essas ações. No edifícios correntes, contudo, além da falta de recursos para estudos desse gênero, é conhecida a impossibilidade de definir a “casa primitiva” a partir da qual as outras foram feitas, o que alarga os limites da interpretação para os projetos. J. Rykwert em *A casa de Adão no paraíso: A idéia da cabana primitiva na história da arquitetura* (São Paulo: Perspectiva, 2003), analisa o tema em vários autores.

(45) W. Benjamin trabalha esse e outros conceitos em *The work of art in the age of mechanical reproduction*, 1936. Disponível em: <http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ge/benjamin.htm>. Acesso em: janeiro de 2009.

(46) Le Goff, op. cit.

(47) Apesar de a *Carta de Cracóvia* indicar que as ações de manutenção e reparação do património construído exigem diversos procedimentos, “*nomeadamente investigações prévias, testes, inspeções, controles, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização*” “Objetivos e métodos”, alínea 2, in Lopes e Correia, op. cit., p. 290; grifo nosso), este último item nem sempre é realizado.

(48) Roders faz um levantamento do ciclo produtivo envolvido nos processos de intervenção nos edifícios patrimoniais e propõe um programa computacional de suporte às decisões de projeto, no sentido de minimizar as perdas no balanço ambiental. Em A. R. G. M. Roders. *Re-architecture basis lifespan rehabilitation of built heritage* (PHD thesis. Eindhoven – Netherlands: Technische Universiteit Eindhoven, 2007).

(49) As avaliações econômicas dos projetos de restauro, em comparação com edifícios convencionais, é difícil e nem sempre conclusiva, uma vez que envolve valências extrafinanceiras ou extra-econômicas, muito relevantes nos projetos envolvendo bens culturais. V. C. Silva, em “Custos e proveitos da autenticidade” in IFT. *Património e turismo: a filosofia de intervenção, técnicas e custos da recuperação do património e o seu impacte no turismo* (Lisboa: IFT, 2002, p. 62), indica ser essa uma avaliação sempre qualitativa, e muito menos quantitativa. Os custos das intervenções, normalmente, são expressos em termos da unidade de volume de construção ou da superfície de seus pavimentos e são, por sua vez, comparados com os custos da construção nova ou com os custos de substituição. A busca da “autenticidade” aumenta os custos na fase

preliminar de projeto, com estudos históricos, arqueológicos e técnicos, mas as intervenções mais criteriosas não são, necessariamente, mais caras. Ao contrário: a minimização da intervenção ou a redução de sua intrusividade são critérios que tendem a reduzir custos, aumentando benefícios em outros valores.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, José. *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos: bases para sua aplicação à realidade portuguesa*. 1999. Tese (Doutorado) – Departamento de Arquitetura, Universidade de Évora, Évora, 1999. Versão em PDF.
- ALONSO-MUÑOYERRO, Susana Mora. Del restauro estilístico al restauro crítico. In: *Tratado de rehabilitación*. Tomo I: Teoría e Historia de la Rehabilitación. Madri: Ed. Munilla-Lería, 1999. v. 1, p. 33-40.
- APPLETON, João A. S. *Reabilitação de edifícios antigos: patologias e tecnologias de intervenção*. Alfragide: Orion, 2003.
- BENJAMIN W. *The work of art in the age of mechanical reproduction*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ge/benjamin.htm>>. Acesso em: 12 Jul. 2011.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. Unesp, 2001.
- COELHO, Antonio Baptista. *20 anos a promover a construção de habitação social: 1984-2004*. Lisboa: LNEC, 2006.
- COLÓN, Carlos. Necesidad de la belleza: notas sobre la difusión del Patrimonio en la sociedad de la comunicación masiva. *PH Boletín*, Sevilha: Intituto Andaluz del Patrimonio Historico, 1999. p. 114-119.
- DOMINGUES, Álvaro. *A rua da estrada: o problema é fazê-los parar!* Porto: Dafne, 2010.
- FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele. *Territórios reabilitados*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009.
- FERNANDES, Francisco Barata. *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*. 2. ed. Porto: FAUP-Publicações, 1999.
- FRAMPTON, Kenneth. *Estudios sobre cultura tectónica: poéticas de la construcción en la arquitectura de los siglos XIX y XX*. Madrid: Akal, 1999.
- FREITAG, Michel. *Arquitectura e sociedade*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- GIACOMINI, F. C. *Além das palafitas: espacialidade de edificações em encosta e sua relação com a legislação de Belo Horizonte*. 2005. 256 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquiteura, PGAU, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- GIL, Fernando. Invenção. In: GIL, Fernando; SALSANO, Alfredo. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000.
- JOKILEHTO, J. *A history of architectural conservation: the contribution of english, french, german and italian thought towards an international approach to the conservation of cultural property*. 1986. 466 f. PHD (Thesis) – The University of York, England. Institute of Advanced Architectural Studies. Disponível em: <[http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM\\_05\\_HistoryofConservation00\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_05_HistoryofConservation00_en.pdf)>. Acesso em: 13 Jul. 2011.
- KUBLER, George. *A forma do tempo: observações sobre a história dos objetos*. Lisboa: Veja, 2004.
- LEACH, Neil. *A (an)estética da arquitetura*. Lisboa: Antígona, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Lisboa: Edições 70, 2000 (História, v. 1 e Memória, v. 2).
- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito. *Patrimônio arquitetônico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- PAIVA, J. Vasconcelos; AGUIAR, José; PINHO, Ana. *Guia técnico de reabilitação habitacional*. Lisboa: LNEC, 2006. v. 1-2.
- RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. *Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: PROARQ, 2009.
- RIEGL, Alois. *El culto moderno de los monumentos, su carácter y sus origenes*. Sevilha: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2007.

RODERS, Ana Rita Gomes Mendes Martins Pereira. *Re-architecture basis: Lifespan rehabilitation of built heritage*. 2007. PHD (Thesis). Eindhoven: Technische Universiteit Eindhoven, 2007.

RYKWERT, J. *A Casa de Adão no Paraíso: a idéia da cabana primitiva na história da arquitetura*. Tradução de A. G. de Lima; A. Falbel, M. Goldszajn e M. D'Agostino. São Paulo: Perspectiva, 2003.

SILVA, Vítor Cóias. Custos e proveitos da autenticidade. In: *IFT. Patrimônio e turismo: a filosofia de intervenção, técnicas e custos da recuperação do patrimônio e o seu impacto no turismo*. Lisboa: IFT, 2002.

SILVANO, Filomena. *Antropologia do espaço, uma introdução*. 2. ed. Lisboa: Celta, 2007.

SOLÁ-MORALES, Ignasi. Del Contraste a la analogia: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, Sevilha, ano IX, n. 37, p. 53- 57, 2001.

TAVARES, Domingos. *Francisco Farinhas: realismo moderno*. Porto: Dafne, 2008.

ZERBETO, Andrea. Inflação patrimonial: o complexo de Noé da contemporaneidade e as ilusões de eternidade. *Arquitexto*, São Paulo, n. 87, ano 8, 2007. Disponível em: <[http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq087/arq087\\_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq087/arq087_03.asp)>. Acesso em: 13 jul. 2011.

VAZQUEZ, Carlos García. La visión culturalista de la ciudad. In: *Ciudad hojaldré: visiones urbanas del siglo XXI*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2004.

### **Nota do Editor**

Data de submissão: maio 2010

Aprovação: janeiro 2011

---

### **Fernanda Corrêa Giacomini**

Doutoranda em Arquitetura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) (apoio: Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal), com especialidade em Metodologias de Intervenção no Patrimônio Arquitectónico pela FAUP, 2008, mestre em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2005, e licenciada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2002.

Passeio das Fontainhas, n. 54

4000-236 – Porto-Portugal

(+351) 933 263 829

fcgiacomini@gmail.com.

### **Rui Humberto Costa de Fernandes Póvoas**

Professor associado (Grupo de Construção) na FAUP. Doutor em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), 1991, mestre em Engenharia Estrutural pela FEUP, 1985, e licenciado em Engenharia Civil (Opção de Estruturas) pela FEUP, 1977.

FAUP – Via Panorâmica s/n

4150-755 – Porto-Portugal

(+351) 226 057 100

rpovoas@arq.up.pt.